



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Soares Veras, Eliane; Braga Santana, Maria Lúcia de; Costa Valença de A., Diogo
O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à
proposição política
Sociedade e Cultura, vol. 5, núm. 1, janeiro-junho, 2002, pp. 35-52
Universidade Federal de Goiás
Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70350103>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política

ELIANE VERAS SOARES, MARIA LÚCIA DE SANTANA BRAGA
E DIOGO VALENÇA DE A. COSTA*

Resumo: Neste artigo, discutimos uma das vertentes de interpretação sobre as relações raciais no Brasil que emerge na década de 1950, a partir da pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, realizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, sob os auspícios da Unesco. Aqui são destacados alguns pontos de aproximação e diferenças entre os pensadores, a fim de apresentar os contornos gerais de suas respectivas explicações teóricas relativas aos problemas do preconceito e discriminação raciais. Não supondo uma perfeita concordância e unidade de pensamento entre os dois cientistas sociais, mas também não percebendo suas abordagens como diametralmente opostas ou antagônicas e, sim, complementares, criticamos visões reducionistas que associam Roger Bastide a um paradigma tradicional-culturalista de explicação das relações raciais, aproximando-o da interpretação de Gilberto Freyre, e atribuem a Florestan Fernandes uma confusão entre as categorias de classe e raça, explicando a desigualdade racial como resultante da pobreza e não do preconceito e da discriminação. Por fim, a partir do resgate do significado das posições teóricas de Roger Bastide e Florestan Fernandes, procurou-se verificar como a explicação sociológica esboçada a partir dos anos 1950 se traduziu em proposições políticas de superação do dilema racial brasileiro, na atuação de Florestan Fernandes como deputado federal (1987-1994).

Palavras-chave: Roger Bastide; Florestan Fernandes; dilema racial brasileiro; proposição política.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar uma das linhagens de interpretação do dilema racial brasileiro, proposta com base no projeto de pesquisa patrocinado pela Unesco no início dos anos 1950 a respeito das relações raciais no Brasil e suas consequências no plano político.

Roger Bastide, que já havia estudado e publicado sobre as religiões afro-brasileiras, convidou Florestan Fernandes a integrar o grupo de pesquisa, resultando dessa parceria uma nova visão das relações raciais – em São Paulo, em particular, e no Brasil, de modo geral – concorrente à interpretação então dominante de Gilberto Freyre, transfigurada no plano da ideologia nacional na noção de democracia racial. Quarenta anos depois, nos anos 1990, a atuação de Florestan Fernandes no Congresso Nacional, caracterizada pelo combate aos

* Eliane Veras Soares é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: eliane.veras@terra.com.br

* Maria Lúcia de Santana Braga é socióloga, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professora do Instituto de Ensino Superior de Brasília (Iesb) e assessora parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). E-mail: lucia@diap.org.br

* Diogo Valença de Azevedo Costa é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: valencadiogo@hotmail.com

dilemas analisados em sua trajetória acadêmica, resultou, entre outras proposições, na sugestão de inclusão na Constituição de um capítulo denominado “Dos Negros”, integrando a “Ordem Social”.

A exposição a seguir procura reconstituir os principais elementos das explicações teóricas elaboradas pelos autores em diferentes momentos (Projeto Unesco sobre relações raciais nos anos 1950, fases diversas da ditadura militar nos anos 1960 e 1970) e estabelecer pontes entre tais interpretações e a proposição política de Florestan Fernandes em face do dilema racial brasileiro, como deputado federal de 1991 a 1994.

A atualidade do debate sobre a temática racial no Brasil pode ser constatada nas (a) iniciativas diversas do poder público (local, estadual, federal), seja no plano legal (proposição de leis), seja no âmbito do estabelecimento de políticas públicas, hoje caracterizadas como políticas de ação afirmativa;¹ (b) no crescimento e na representatividade do movimento social negro, e (c) na produção acadêmica contemporânea a esse respeito.

A hipótese que norteia a presente reflexão parte, por um lado, da constatação da atualidade da análise sociológica e do pensamento político de Bastide e Fernandes – sem desconsiderar suas nuances e divergências – e, de outro, da crítica à rigidez de alguns esquemas interpretativos vigentes ao classificar as análises desses sociólogos sob o rótulo da visão tradicionalista/culturalista, para Roger Bastide, e da limitação da compreensão do fenômeno das relações raciais às relações de classe, na obra de Florestan Fernandes. Para nós, tais etiquetas são simplificadoras e mistificadoras do pensamento desses sociólogos originais. É o que procuramos demonstrar a seguir.

O Projeto Unesco: Roger Bastide e Florestan Fernandes

Segundo Marcos Chor Maio (1997, 1998a, 1998b), as origens do Projeto Unesco sobre

relações raciais no Brasil encontram-se no contexto mundial resultante da Segunda Guerra. A crise de civilização legada pelo terrorismo nazista impunha aos intelectuais, à comunidade científica e aos dirigentes políticos a necessidade de compreender o holocausto patrocinado em nome da raça. A escolha do Brasil como laboratório de civilização foi motivada principalmente pela crença difundida aqui e alhures de que nesta terra, em comparação com o contexto segregacionista norte-americano e o sul-africano, a democracia racial era um fato, fundamentado na miscigenação e na ausência de preconceito racial. A harmonia racial vivida nestes trópicos poderia servir como inspiração para a localização e criação de “soluções universalistas que cancelassem os efeitos perversos do racismo, do nacionalismo xenofóbico e das disparidades socioeconômicas” (Maio, 1998b, p. 17).

É interessante notar que a proposta da Unesco de “organizar no Brasil uma investigação sobre os contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos”,² possibilitou o conhecimento das limitações da explicação do Brasil como democracia racial e de suas consequências para os negros no plano político e social. Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior apresentavam uma concepção bem diferenciada daquela elaborada por Gilberto Freyre a respeito da miscigenação e das relações sociais originadas do tipo de vínculo muito específico existente entre senhor e escravo no Brasil colonial. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, criticou a Escola Nina Rodrigues, representada nos anos 1930-1940 por Artur Ramos, por colocar em evidência o “aspecto exótico do africanismo” em detrimento da análise dos problemas concretos enfrentados pelos negros no Brasil, vítimas de preconceito

1. Para um balanço atualizado sobre o tema, ver Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

2. The programme of Unesco proposed by the Executive board. Part II – Draft Resolutions for 1951. Paris, 150, p. 40. Unesco Archives. Apud Marcos Chor Maio. Costa Pinto e a crítica do negro como espetáculo. In L. A. Costa Pinto. O negro no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

sutil (Maio, 1998b, p. 32). Entretanto, foi a partir dos resultados do Projeto Unesco, em especial em São Paulo com a equipe coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes e, no Rio de Janeiro, com L. A. Costa Pinto, que um novo cenário sobre as relações raciais no Brasil começou a ser desenhado na tela das ciências sociais.³

Sociólogo maduro e mestre de Florestan Fernandes, Roger Bastide, há 13 anos, debruçava-se sobre a análise das religiões, das manifestações culturais e do modo de ser e viver dos negros brasileiros. Florestan Fernandes também já era um iniciado no tema, tanto por vias intelectuais quanto existenciais. No primeiro ano de universidade, 1941, Florestan Fernandes havia escrito uma monografia sobre o folclore em São Paulo.⁴ Como resultado do material colhido na pesquisa, publicou, no Estado de São Paulo, três artigos sobre o negro na tradição oral. Nesse mesmo período, havia produzido algumas biografias de pais de santo negros em São Paulo, trabalho encomendado por Bastide.⁵ É importante destacar que havia divergências entre Bastide e Florestan com relação à temática. Vejamos o que diz Florestan Fernandes:

Vivi em cortiços, em vários bairros de São Paulo, e sabia muita coisa sobre as condições reais de vida do negro entre nós. [...] Por isso, logo de cara, tive um grande problema com o professor Bastide. Ele não tinha uma posição firme com relação a se havia ou não preconceito, se havia ou não democracia racial. Ele dominava igualmente o campo da antropologia, da sociologia, da psicologia. Com hipóteses psicológicas, por exemplo, ele muitas vezes tendia a pensar que certos comportamentos e alegações eram produtos da autodefesa do

negro para se proteger de suas próprias deficiências. Outras vezes, ele pensava que os brancos de fato camuflavam a realidade, sem que, com isso, tivessem intenção de excluir o negro de participação de certas esferas da vida. Ele interpretava o Brasil de maneira mais civilizada possível. E aceitava os estereótipos, as auto-avaliações correntes. Eu já vinha disposto a trabalhar contra ela. Para haver um ajustamento entre nós, sugeri a idéia de um continuum, em que a intensidade de discriminação poderia variar de zero até o máximo "x". Indivíduos brancos e negros podem se colocar nesse continuum. É o que acontece. Não há padronização. Encontra-se gente mais aberta ao convívio inter-racial, gente mais fechada. Gente que discrimina, gente que não discrimina. Era preciso uma hipótese como esta para nós podermos trabalhar sem conflito. (Fernandes, apud Maio, 1997, p. 176-177)

Esse depoimento revela a tensão existente entre os dois pesquisadores antes da realização da pesquisa. É preciso lembrar que Bastide era leitor voraz, admirador e tradutor da obra de Freyre. Florestan Fernandes, em 1986, ao lembrar da colaboração com Bastide no estudo sobre as relações raciais, define sua posição como uma espécie de "dialética proudhoniana", em contraposição à sua posição pessoal construída com base em elementos existenciais determinantes:

Os negros eram companheiros de privações e misérias; eu podia manejar a "perspectiva do oprimido" e, por aí, desmascarar a hipocrisia reinante sobre o assunto. O professor Bastide, por suas investigações, compartilhava de muitas das minhas convicções; mas rejeitava outras, em particular porque preferia os meios-tens, aquilo que se poderia chamar de "verdade redentora", aparente no perdão mútuo, no esquecimento, a superação pelo negro das "injustiças" (ele evitava converter a descrição em julgamento; os dois capítulos que escreveu para Negros e brancos em São Paulo demonstram que o apego estrito à objetividade científica ia a par com o nuançamento dos elementos chocantes, com uma dialética proudhoniana, que exibía o mal sem ignorar o bem, ou o mau sem desdenhar o bom). (Fernandes, 1989, p. 103)

3. Segundo Roberto Motta (1998), é possível assinalar três grandes orientações a respeito das relações raciais no pensamento social brasileiro associadas a Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. Para maior detalhamento sobre a história do Projeto Unesco, confira Marcos Chor Maio, *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado) – IUPERJ.

4. Os trabalhos resultantes dessa pesquisa foram coligidos no livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1961.

5. Confira Maria Lúcia de Santana Braga. *A recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil*. Revista *Sociedade e Estado*, vol. XV, n°. 2 jul-dez, 2000, 331-360. (nota 17)

Um aspecto importante a ser considerado aqui, de caráter metodológico, diz respeito ao elemento distintivo na disposição para a compreensão do fenômeno social advindo da história de vida:⁶ Bastide e Florestan, por vias distintas, apoiados em experiências concretas particulares, tendiam a compreender de modo diferenciado a questão do preconceito racial.

A visão de Bastide era, a princípio, a de um estrangeiro que se encanta e se questiona em face do que vê. Suas categorias de análise, herdadas da formação acadêmica francesa, não lhe pareciam satisfatórias e apropriadas para a explicação do Novo Mundo. O período brasileiro de Bastide equivale a um grande questionamento e redirecionamento de caráter metodológico e também teórico.⁷

A solução encontrada por Florestan para dar prosseguimento ao trabalho foi a elaboração do projeto de estudo *Raça e Sociedade: o Preconceito Racial em São Paulo*.⁸ Nele, Florestan Fernandes tratou de ressaltar “as ambigüidades e inconsistências” que deveriam ser evitadas “em uma investigação comprometida com o próprio negro” (Fernandes, 1989, p.103).

Na divisão do trabalho, Roger Bastide e Lucila Hermann realizaram uma sondagem quantitativa sobre incongruências de atitudes e valores na esfera das relações raciais, enquanto Florestan Fernandes e Renato Jardim Moreira cuidavam da reconstrução histórica. Mas o aspecto mais importante desse estudo diz respeito à inovação metodológica na utilização de debates com líderes e representantes dos

movimentos negros de São Paulo, em três níveis: um grande grupo que se reunia uma vez por mês, um grupo constituído de mulheres negras que se encontrava a cada 15 dias e um grupo de intelectuais com encontros semanais. “O alvo cognitivo maior não era reproduzir as situações grupais como ‘situações de laboratório’. Ele consistia em reproduzir o concreto a partir das experiências humanas observadas” (Fernandes, 1989, p. 100). Para conseguir explicar a realidade histórica era necessária, diz Florestan,

uma abordagem interdisciplinar que tinha como premissa a fusão de micro e macro, economia, personalidade, cultura e sociedade, compreendidas em suas relações recíprocas (o que exigia que explicações econômicas, históricas, sociológicas, psicológicas e antropológicas fossem exploradas simultaneamente, embora convertendo-se o ponto de vista sociológico em foco de unificação conceitual e de definição dos problemas básicos). (Fernandes, 1989, p. 100-101)

A utilização desse enfoque teórico-metodológico possibilitou a análise da desagregação da sociedade escravagista e da formação da sociedade de classes, tendo em vista as contradições presentes na organização social e cultural e evidenciando-se de que maneira a assimetria presente nas relações raciais do passado foi “reabsorvida e redefinida” sob a égide do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais” (Fernandes, 1989, p.101).

Métodos e técnicas variados foram utilizados para ter acesso às manifestações raciais da população: a aplicação de questionários, a técnica das entrevistas ocasionais, a técnica das entrevistas formais, a técnica das biografias ou histórias de vida e o método ecológico. A pesquisa não se restringiu somente aos negros; abarcou os brancos, tanto as famílias tradicionais, quanto os imigrantes. Vários setores foram também pesquisados: industrial, de serviços e comercial. A primeira edição do relatório da pesquisa contém, ainda, um estudo sociológico realizado por Oracy Nogueira em uma comunidade rural localizada em Itapetininga, interior de São Paulo, e um estudo psicológico sobre as atitudes raciais realizado por Aníela Ginsberg e Virginia Bicudo.

6. A respeito da história de vida de Florestan Fernandes e sua construção como acadêmico e socialista, consultar Eliane Veras Soares, Florestan Fernandes, o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997 e Reflexões sobre a utilização da história de vida como método nas ciências sociais. Trabalho apresentado no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e do Nordeste, Aracaju, 2003.

7. Confira a introdução de Maria Isaura Pereira de Queiroz à coletânea Roger Bastide, publicada na coleção Grandes cientistas sociais da Editora Ática, e Roger Bastide, A poesia como método sociológico, e também Maria Lúcia de Santana Braga, Entre o esquecimento e a consagração: o estilo Roger Bastide nas ciências sociais. Brasília, 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da UnB.

8. Ver Florestan Fernandes. A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Capítulo 9.

Após a publicação dos primeiros resultados da pesquisa, em 1955, com o título *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, Bastide e Florestan foram acusados de introduzir o problema racial no Brasil.

Bastide e Florestan: dilemas raciais, teóricos e políticos nos anos 1950

Nesse tópico, trataremos em especial da interpretação de Roger Bastide a respeito das relações raciais no Brasil, focalizando primeiro a contribuição do pensador francês ao livro *Negros e brancos em São Paulo*.⁹ Em seguida, será feita a análise do estilo bastidiano, dos procedimentos e da maneira diferenciada pela qual Bastide enxergou, apresentou e introduziu determinadas noções e conceitos no estudo sobre as relações raciais e as religiões africanas, para, a partir daí, discutir em que medida os dois autores, Roger Bastide e Florestan Fernandes, se encontram e se afastam em relação à interpretação do dilema racial e qual a efetiva contribuição para as ciências sociais nas décadas recentes em contraponto com as demais presentes no campo acadêmico e político nacional.

Conforme já salientamos, a pesquisa coordenada por Bastide e Florestan tem o mérito de ter abordado de modo inovador, em uma investigação sociológica, “modalidades de manifestação do preconceito racial e da discriminação racial que ainda não haviam sido consideradas, sistematicamente, pelos sociólogos” (Bastide e Fernandes, 1959, p. X).

Entre 1951 e 1954, foi realizado um inquérito, inicialmente previsto apenas para a Bahia e depois estendido para São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em São Paulo, conforme ressaltou Paulo Duarte – diretor da Revista *Anhembi*, uma das colaboradoras do projeto –, a preocupação central deteve-se na realização de um “ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos sociais do preconceito de cor no município de São Paulo” (Duarte, in: Bastide e Fernandes, 1955,

p. 8)¹⁰. Bastide, coordenador do projeto em São Paulo, na introdução do ensaio publicado em 1955 considera que, apesar de o estudo tratar do problema da cor, é preciso relativizá-la e compreender que esses problemas raciais constituem momentos na vida dos negros e “que, no seu conjunto, a vida dos pretos nada oferece de uma perpétua tragédia”, avaliação essa que o diferenciara da feita por Florestan Fernandes (Bastide, in: Bastide e Fernandes 1955, p. 15).

Destacaremos de forma sintética os dois ensaios elaborados por Bastide no âmbito da pesquisa (“Manifestações do preconceito de cor” e “Efeitos do preconceito de cor”). O primeiro ensaio trata das manifestações do preconceito de cor. Na análise das inúmeras respostas coletadas pela pesquisa, Bastide percebe várias contradições acerca da existência do preconceito, tanto entre os negros, quanto entre os brancos. No entanto, Bastide distingue também a presença de uma visão idealizada da democracia racial no Brasil. Isso significa que o preconceito não aparece de forma aberta, mas de modo encoberto:

Os estereótipos recalcados agem nas fronteiras indecisas do inconsciente, menos por construções sociais, um ritual institucionalizado, do que por repulsões instintivas, tabus pessoais. O negro, aliás, é eleitor, e os partidos políticos disputam os seus votos como os dos brancos. A opinião pública é sensível ao bom nome do Brasil, a tudo o que poderia prejudicar a sua tradição de democracia. (Bastide, in: Bastide e Fernandes, 1955, p. 124)

Segundo Antônio Sérgio Guimarães, foi Bastide, influenciado pelas leituras de Gilberto Freyre e também por uma visita feita a Apipucos em 1944, o primeiro a usar a expressão democracia racial em artigo publicado no *Diário de São Paulo*. De acordo com esse autor, Bastide concebe a democracia brasileira como social e racial, que “não pode ser reduzida

9. Os capítulos escritos por Bastide e por Florestan Fernandes são os mesmos nas edições de 1955 (*Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*) e 1959 (*Negros e brancos em São Paulo*).

10. Segundo Marcos Chor Maio (1997), há duas versões para a efetivação do Projeto Unesco em São Paulo: “A primeira, como vimos anteriormente, que se traduz pela ação de diversos atores que conseguem finalmente inserir o Estado na investigação promovida pela agência internacional; e a segunda, que concebe a pesquisa da Unesco como um ‘desdobramento natural’ de uma idéia que já estava em andamento no interior da elite intelectual paulista” (p. 108).

a direitos e liberdades civis, mas alcançaria uma região mais sublime: a liberdade estética e cultural, de criação e convívio miscigenado" (Guimarães, 2002, p. 144). Entretanto, a nosso ver, a ótica de Bastide, mesmo que derivada das leituras e contatos com Freyre nesse período, não se resume em defender a existência de uma democracia racial conforme as críticas feitas a essa tradição de cunho culturalista. Nesse período, Bastide já faz uma leitura crítica, que só se ampliaria nos estudos realizados no âmbito do Projeto Unesco nos anos 1950.

Dessa forma, para o desvendamento dos comportamentos sociais que não aparecem em primeira instância em uma suposta democracia racial, Bastide especifica que é necessário recorrer à análise da ausência de comportamentos para compreender as manifestações do preconceito racial. Com o intuito de traçar o mais amplo painel dessa situação, é feita a análise das manifestações de diferentes grupos étnicos, das famílias tradicionais paulistanas, dos portugueses, dos sírios e dos italianos e dos grupos profissionais, abarcando assim todas as classes sociais.

Em todos os níveis, o preconceito racial não se apresenta explicitamente, mas "na ausência de um sistema de reciprocidade nas relações entre brancos e negros. O negro é tratado afetuosamente, mas basta que um estranho chegue na casa para que logo surja outro tom entre o patrão e o visitante" (Bastide, in: Bastide e Fernandes, 1955, p. 126). Bastide detalha essa convivência, ora afetua e sentimental, ora repulsiva, quando os negros são considerados preguiçosos, bêbados, insubordinados e desorganizados. O preconceito de cor muitas vezes aproxima-se do preconceito de classe, conforme argumenta em seu ensaio. O clima afetivo entre as raças, criado pela tradição, geralmente disfarça o preconceito racial. No mundo do trabalho, isto fica claro na rejeição de negros para ocupar determinadas funções. As expressões utilizadas nesse momento são polidas como "falta lugar" ou "o lugar acaba de ser preenchido".

Um princípio significativo, usado por Bastide nos seus estudos sobre as religiões africanas, o de corte, pode ser aqui destacado para compreender melhor a postura teórica e

metodológica do pensador francês diante do preconceito racial. Trata-se da edificação de uma barreira quase intransponível entre os dois mundos opostos que o negro habitava, permitindo dupla fidelidade a valores religiosos frequentemente contraditórios. Destaca-se o fato de que esse processo não foi patológico e doloroso nem acabou em mutilação, mas tornou-se a solução mais adequada ao problema da coexistência pacífica de dois mundos em uma única personalidade. Esses princípios contraditórios e diversos puderam conviver justamente porque o negro estruturou uma personalidade em que se passava de um sistema a outro como se mudasse de aposento, simplesmente fechando a porta, mas tal passagem só pode ser feita mediante determinadas precauções, na forma de ritual.

Podemos assim entender a análise cheia de nuances realizada por Bastide do tipo de preconceito que nem sempre se mostra com violência, mas que assume muitas vezes uma face doce e afetua, dependendo da situação social e racial. Isto não significa a filiação de Bastide à visão de Gilberto Freyre, pois, para o pensador francês, a complexidade social brasileira exigia noções sociológicas, como a do princípio de corte, que enxergassem, além da aparente cordialidade e convivência democrática, o papel exercido pelas estratégias de sobrevivência dos negros nesse contexto.

Bastide mostra assim as inúmeras barreiras encontradas pelos negros. Mas quais são os efeitos desse preconceito sobre eles? No segundo ensaio, "Efeitos do preconceito de cor", Bastide fornece algumas respostas a esse questionamento. Tendo em vista as diferenças existentes entre os próprios negros, duas atitudes são comumente assumidas, principalmente entre os segmentos mais pobres. A primeira consiste no conformismo, na atitude passiva, na aceitação de sua situação de inferioridade racial e social. A segunda também aceita essa situação de inferioridade, mas assume uma atitude ativa em relação a suas possibilidades de ascensão social na sociedade de classes.

Entre os negros pertencentes à classe média, a aceitação também ocorre com a utilização de outras formas de tratamento, como a ironia e a paciência e não o confronto aberto

contra a rejeição e a zombaria, características sempre presentes no preconceito. A resistência e a revolta contra o preconceito racial ocorrem geralmente entre os intelectuais e líderes, que se preocupam com a organização dos negros para superar a discriminação, movimento organizado a partir da década de 1920 que se pôs a lutar por uma segunda abolição. Bastide mostra ainda o papel dos órgãos de fiscalização social, como a Igreja e a polícia, que incentivam a manutenção do preconceito.

Bastide e Florestan Fernandes, entre outros colaboradores que participaram do Projeto Unesco, propiciaram o conhecimento de uma paisagem brasileira que persiste em boa medida até o momento. O inquérito coordenado na década de 1950 por Bastide, no qual se tornou claro “um preconceito que nem sempre ousa dizer seu nome” (Bastide, in: Bastide e Fernandes, 1955, p. 159), permanece ainda extremamente atual. Prova disso é a existência de enquetes nas quais os entrevistados, quando submetidos à questão “Há preconceito racial no Brasil?”, tendem a responder de modo afirmativo, mas negam quando perguntados se são preconceituosos. Temos aí a constatação da existência do racismo, pelo menos de sua percepção pela população, numa sociedade sem racistas.¹¹

Marcos Chor Maio aponta um aparente paradoxo na presença de Bastide no Projeto Unesco. Seu prestígio acadêmico e sua rede de relações com as principais lideranças negras foram de fato decisivos para a realização da pesquisa em São Paulo, mas “sua produção intelectual no interior do projeto assumiu posição secundária não apenas em comparação com o trabalho elaborado por Florestan Fernandes, mas também na avaliação das obras mais significativas realizadas pelo sociólogo francês” (Maio, 1997, p. 138). O autor defende que o enfoque mais adequado para entender esse aparente paradoxo é que Bastide, diferentemente de Florestan Fernandes, tinha uma visão mais matizada do preconceito racial em São Paulo,

que estaria presente tanto entre os brancos como entre os negros. Isto é, a sua visão dessa situação racial baseava-se em uma pluralidade de oposições sociais e processos diferenciados, nos quais muitas vezes o preconceito racial confundia-se com preconceito de classe, conforme apontado também por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983).

Paradoxo de fato aparente porque o olhar nuançado de Bastide acaba por complementar e influenciar seguramente a visão de Fernandes, o que torna possível a análise do fato social na sua totalidade. A situação dos estudos bastidianos, no âmbito do Projeto Unesco, não é assim secundária, pois a produção de Bastide sobre as relações raciais assumiu diferentes facetas, desde os seus primeiros momentos no Brasil, por meio da análise da produção poética e literária dos negros, passando pelas representações religiosas e pela pesquisa nos anos 1950, até os últimos artigos e livros produzidos na sua última década de vida.¹² Vejamos o que diz a esse respeito Florestan Fernandes:

O mundo mental do negro e do mulato, esfera para cuja análise R. Bastide estava tão preparado, graças aos seus estudos anteriores sobre a poesia negra, o candomblé e a macumba, a psicanálise dos sonhos e o estudo dialético das linhas de cor na competição religiosa, sexual e amorosa, não é “descoberto” como um produto da síntese empírica. Ele surge como uma totalidade apreendida preliminarmente, que lança uma nova luz sobre as relações raciais cooperativas, competitivas e de conflito na sociedade brasileira.

Na verdade, os que hoje nos fazem a crítica de que ignoramos a “dimensão cultural” não levam em conta a amplitude, as implicações e o significado dessa abordagem, possível em grande parte graças à experiência de Bastide – suas pesquisas sobre a transplantação, reelaboração e transculturação das religiões africanas. A “dimensão cultural” não aparece como um dado externo, uma “coisa palpável” empíri-

11. Confira pesquisa Datafolha (1995) e DataUFF (2000), citadas em Mônica Grin. Esse ainda obscuro objeto de desejo: políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: o seminário de Brasília. *Novos Estudos*, n° 59, mar. 2001, p.177.

12. Conferir Roger Bastide, *Psicanálise do cafuné e ensaios de sociologia estética brasileira*. Curitiba: Editora Guairá, 1941; *A poesia afro-brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1943; *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 2 volumes, 1971; *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

camente contingente. Porém, como um “modo de ser”: o negro como pessoa, sujeito de si mesmo e de uma história que foi negada, mas que, não obstante, transcorreu como ação dos oprimidos (daí a passagem da condição de vítima passiva, para a de agente do movimento negro, da frustração subjetiva para a rebelião e a “Segunda Abolição”). (Fernandes, 1989, p.101-102)

Nos dois artigos principais elaborados por Florestan Fernandes para o livro *Negros e brancos em São Paulo* (“Do escravo ao cidadão” e “Cor e estrutura social em mudança”), percebe-se que, apesar das divergências de enfoque, os dois pensadores conseguiram trabalhar em um patamar mínimo de concordância, conforme Fernandes lembra em seu depoimento citado no primeiro tópico deste artigo. Mesmo assim, Fernandes ressalta nesses dois artigos sua ênfase nos fatores de classe para tratar da posição do negro na sociedade nacional, pois,

1º) na seleção da mão-de-obra sempre prevaleceram motivos que nada têm a ver com a raça ou com a cor dos trabalhadores; 2º) a raça ou a cor não exerceram por si mesmas, aparentemente, nenhuma influência na constituição ou na transformação da ordem de ajustamento inter-racial; 3º) as condições sociais de exploração econômica da mão-de-obra escrava favoreceram a formação de símbolos sociais e de padrões de comportamento polarizados em torno da raça ou da cor, os quais se ligaram, como causa ou como condição operante, à determinação da dinâmica dos ajustamentos dos negros e brancos em São Paulo. (Fernandes, in: Bastide e Fernandes, 1959, p. 69)

Para Fernandes, isso quer dizer que, na passagem do regime escravocrata de produção ao trabalho livre, não houve qualquer preocupação com a situação do ex-agente do trabalho escravo; que, portanto, a Abolição foi uma revolução social visando, não à sua redenção e libertação, mas à substituição de um modo de produção por outro, daí o fato de estereótipos, símbolos sociais e padrões de comportamento negativos polarizados em torno da raça, forjados no período escravocrata, se perpetuarem na nova ordem social competitiva, atuando como

fator de desvantagem dos negros e mestiços em sua classificação no mercado de trabalho. Ora, se a motivação para a implantação da instituição do trabalho livre na nova Pátria livre não foi determinada pelo projeto de emancipação do antigo agente do trabalho escravo, o véu ideológico da incapacidade do negro ou do mestiço em se classificarem socialmente no regime de classes seria a prova cabal da inferioridade racial. É por isso que, para Florestan Fernandes, a desigualdade entre brancos e negros não provém do determinante de classe, mas, propriamente, de uma estratificação de raça. Como se depreende da citação a seguir:

Assim, cria-se um círculo vicioso: a modificação das atitudes dos brancos sobre os negros e os mestiços depende da alteração da posição social destes; de outro lado, porém, a perpetuação de atitudes desfavoráveis aos negros e aos mestiços tende a limitar o acesso deles, pelo menos em condições de igualdade com os brancos, às probabilidades de atuação social asseguradas pelo regime de classes, em cada um de seus níveis sociais. (Fernandes, in: Bastide e Fernandes, 1959, p. 157)

Desse modo, não há a redução da questão racial à situação de classe. O problema é complexo, e o autor investiga tendo em vista sua especificidade, dentro de uma análise estrutural que considera as posições e as dinâmicas das relações sociais em sentido amplo.

O estudo realizado em São Paulo também mostra, com bastantes detalhes, os traços do estilo bastidiano e o modo como se efetivou a parceria acadêmica e intelectual entre ele e Florestan Fernandes. A forma de introduzir a noção de preconceito racial, conectada à situação de classe, leva Bastide e Florestan a descortinarem uma paisagem social e racial complexa do Brasil. Portanto, os dois pensadores caracterizam-se como exímios paisagistas, já que sua capacidade de traduzir e interpretar um fenômeno decorreu muitas vezes do fato de não se ter restringido a uma só perspectiva teórica, mas de ter lançado mão de diferentes instrumentos, noções e conceitos que permitiram uma visão totalizadora da realidade social, que

possibilitasse a conexão entre micro e macroelementos da análise.

Em 1986, Florestan Fernandes, ao reexaminar a pesquisa feita por ele e Bastide no âmbito do Projeto Unesco, também faz uma análise positiva da contribuição do sociólogo francês a essa área de estudo e dos desdobramentos ocorridos nos anos seguintes. Apesar das divergências entre Bastide e Florestan quanto à situação do negro, este destaca que foi possível realizar o amplo levantamento, com o apoio e a colaboração de várias lideranças negras, graças, sobretudo, ao prestígio de Bastide.¹³ Todos os estudos resultantes, em sua opinião, levaram à reflexão que “está na raiz de uma nova visão da formação e transformação da sociedade brasileira moderna; e, de outro lado, serve de prova da veracidade da visão do negro sobre a sua condição humana e da realidade racial brasileira” (Fernandes, 1986, p. 17). Por fim, Florestan lembra que vários críticos argumentaram que os estudos tiveram um viés tendencioso ou, então, paternalista, o que não era correto, pois tanto ele quanto Bastide propuseram-se a explicar e interpretar o que o movimento negro pensava, e contribuíram para a visibilidade do dilema racial na sociedade brasileira.

Peter Fry, por exemplo, lembra que a interpretação bastidiana sobre o candomblé e a umbanda seria ainda muito caudatária das análises feitas anteriormente, como as de Nina Rodrigues, Artur Ramos, João do Rio, Edison Carneiro e Ruth Landes, que se apropriaram do discurso subjetivo dos terreiros e transformaram-no em discurso objetivo e científico, com o fim de preservar a autenticidade, as características religiosas e as qualidades positivas da cultura africana. Para Fry, Bastide apenas reafirmou esse esquema interpretativo, ao propor uma adesão completa ao objeto de estudo, e acabou por emitir julgamentos de valor, pois,

Bastide transforma a visão subjetiva dos pais e mães-de-santo dos candomblés que reivindicam o status de “mais tradicionais” e “mais

puros” em uma classificação aparentemente “científica”. No esforço de escapar de um etnocentrismo “europeu”, o autor, ao se tornar africano, adota um outro etnocentrismo, desta vez “africano”. (Fry, 1986, p. 38)

Assim como outros estudiosos, Fry considera que Bastide deu continuidade aos estudos anteriores representados por Artur Ramos, Nina Rodrigues e outros. Fernanda Peixoto, que realizou um balanço sobre as críticas usualmente feitas à abordagem bastidiana das religiões afro-brasileiras, afirma que estas concentrar-se-iam nos seguintes pontos: na etnografia realizada, na adoção de uma perspectiva marxista, na noção de princípio de corte e na imprecisão das informações utilizadas por Bastide. Para Peixoto, seria mais preciso afirmar que Bastide estabeleceu um diálogo com a tradição africanista nacional e não uma relação de continuidade (Peixoto, 1998, p. 119-127). Diálogo que, em nossa visão, teve desdobramentos nas reflexões sobre as relações raciais e que repercutiu sob diferentes formas nas análises produzidas posteriormente por Fernandes.

Florestan Fernandes e a dialética do dilema racial brasileiro

Este tópico trata da politização e da radicalização progressivas da sociologia de Florestan Fernandes, contidas em sua abordagem da temática racial. Após mais de uma década de início da pesquisa com Bastide, realizada sob os auspícios da Unesco, o autor redige a tese que será defendida no concurso de cátedra da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, *A integração do negro na sociedade de classes*. Nessa obra, que pode ser tomada como um verdadeiro clássico das ciências sociais brasileiras, Florestan Fernandes não só faz uma descrição e uma interpretação objetivas da situação da existência do negro e do mulato na emergência da sociedade de classes e da ordem social competitiva, como também revela as potencialidades do despertar da consciência de luta por parte das vítimas do preconceito de cor e da estratificação social subordinada ao critério da

13. Já lembramos que, enquanto Bastide partia de uma visão menos enfática do preconceito racial, Florestan Fernandes entendia que havia uma situação de extrema discriminação racial no Brasil.

raça e de superação das desigualdades raciais e da ausência de uma autêntica democracia racial. De fato, uma das grandes especificidades da análise desenvolvida por Florestan Fernandes é a de não desvincular a pesquisa direcionada ao presente concreto, histórico, de suas conexões com o passado e com as possibilidades de transformações futuras, isto é, com o tempo in flux dos processos sociais, e das convicções, aspirações e alternativas políticas mais profundas que subjazem a essa realidade – o que, nada mais, nada menos, representa um dos requisitos fundamentais da abordagem dialética dos processos sociais em seu dinamismo interno de concretização dos elementos e categorias históricos deles constitutivos.

A utilização vigorosa da abordagem dialética em sociologia é, portanto, aqui erigida numa das mais importantes contribuições específicas de Florestan Fernandes ao exame do dilema racial brasileiro, explicando tanto a politização e a radicalização mais intensas de suas posições científicas na sociologia, quanto a crescente participação que a problemática do negro passará a desempenhar, politicamente, em seu conhecimento da realidade social brasileira. Neste tópico, buscamos perceber as formas de articulação das características acima descritas, sua presença, em A integração do negro na sociedade de classes. Cumpre salientar, contudo, que a base para o desenvolvimento da linha de argumentação a ser apresentada foi sugerida, em grande medida, pela leitura de alguns dos comentadores da obra de Florestan Fernandes e de estudiosos de aspectos de seu pensamento e de sua trajetória intelectual e política. De um modo sintético, serão destacadas algumas das sugestões fornecidas por autores adiante citados, a fim de se proceder, em seguida, à discussão propriamente dita da principal obra de Florestan referente à temática das relações raciais e do negro.

Em 1986, foi promovida uma jornada de estudos de aspectos da obra de Florestan Fernandes, realizada no campus de Marília da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Os textos apresentados durante a jornada foram reunidos num livro intitulado O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Dentre

os ensaios, é importante remeter a três que abordaram diretamente a temática da questão racial: “A imagem do negro brasileiro”, de Claude Lépine; “A questão racial e a revolução burguesa”, de Élide Rugai Bastos; “Raça e classe social no Brasil”, de João Baptista Borges Pereira. Será, entretanto, o depoimento de Antonio Candido que vai apontar um dado de forte relevância para um entendimento mais acurado do lugar ocupado pelos estudos raciais no conjunto da produção sociológica de Florestan. Aludindo ao projeto da Unesco, que representa uma fase particular do desenvolvimento intelectual deste último, Candido afirmará:

[...] a tarefa decisiva dos anos 50 se ordenou em torno do negro, pois naquela altura ele aceitou participar com Roger Bastide na direção de uma pesquisa da Unesco sobre as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo. Aí começou o cruzamento das duas linhas: o sociólogo de grande formação teórica e o intelectual de grande consciência política encontraram pela frente um problema que solicitou a sua combinação. Com efeito, o negro não era algo remoto como o Tupinambá,¹⁴ mas um cidadão vivendo ao nosso lado, espoliado, vítima do preconceito, participando da mesma dinâmica social que nós. Daí talvez a pesquisa da Unesco ter sido uma oportunidade para Florestan desenvolver formas extremamente participantes de Sociologia. Basta lembrar alguns aspectos do método que usou, como as reuniões promovidas entre líderes e militantes negros, junto com os seus colaboradores e outros interessados. Com isso estava dando simultaneamente aos negros certa forma de consciência política e de organização. E ainda mais: a partir da compreensão dos problemas deles, estava amadurecendo a maneira do intelectual intervir na sociedade que gerava tais problemas. (Candido, 1987, p. 34-35)

14. Florestan produziu dois grandes estudos sobre os tupinambás, uma civilização exterminada, graças a uma pesquisa de reconstituição histórica cujos dados foram coletados por meio dos relatos de cronistas da época. Os estudos foram produzidos numa abordagem estrutural-funcionalista em sociologia, dando origem aos trabalhos Organização social dos Tupinambá (sua dissertação de mestrado, defendida na Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e A função social da guerra na sociedade Tupinambá (a tese de doutorado defendida na USP).

Em Florestan Fernandes: o militante solitário, Eliane Veras Soares (1997) destaca as auto-avaliações de Florestan sobre a importância do estudo sobre o negro no conjunto de sua própria produção e de sua orientação política. Valeria a pena transcrever um longo trecho dessa auto-avaliação:

A pesquisa [das relações raciais] [...] foi algo de fascinante porque, apesar de tudo o que se sabe sobre a vida das pessoas pobres no Brasil e da identificação que o intelectual pode ter com a vida dessas populações, eu me senti tão compensado com o fato de estar fazendo aquela pesquisa, que aquilo tudo deu novo sentido à sociologia para mim (e deu sentido ao meu trabalho e ao que eu pretendia fazer com a pesquisa sociológica).

De um ângulo teórico esse foi o trabalho que teve maiores consequências para mim, seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e da dependência. Além disso, me senti como ser humano em comunhão com outros seres humanos. Nenhum outro trabalho meu anterior me permitiu essa comunicação endopática em profundidade.

O impacto que eu recebi no estudo do negro não foi brincadeira. Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista prévia, em parte graças à origem que tenho – descendo de uma família de imigrantes portugueses que se destruiu em São Paulo –, condições sem as quais provavelmente tudo isso não apareceria e eu seria o típico sociólogo profissional “neutro”, “seco” e “impecável”. (Fernandes, apud Soares, 1997, p. 46-47)

Esses depoimentos de Florestan Fernandes coincidem, em alguma medida, com o que ele mesmo escreveu na nota explicativa de A integração do negro na sociedade de classes, com um certo tom irônico:

[...] os leitores irão notar (e alguns, provavelmente, estranhar) um constante esforço de projeção endopática na situação humana do negro e do mulato. Devemos salientar que essa projeção nasce de uma simpatia profunda e de um desejo ardente de compreender os dilemas com que o “negro” se defronta socialmente.

Procuramos evitar, cuidadosamente, que esse estado de espírito interferisse nas interpretações: se aqui ou ali exageramos na conta, paciência! Tantos já erraram por motivos diferentes, deformando e detratando o “negro”, que não haveria mal maior em tal compensação [...]. (Fernandes, 1978, p. 13)

É interessante observar outros dois depoimentos mencionados por Eliane Veras Soares. O primeiro, de Fernando Henrique Cardoso, sua intervenção na “Jornada de Marília”, quando ressalta a mudança de postura teórica na sociologia de Florestan Fernandes a partir da investigação das relações raciais, ponderando que

foi com a paixão de descobrir o negro na realidade brasileira, de situá-lo, que de repente se passou a outro nível, mais abstrato, e Florestan Fernandes recompôs uma série de modelos teóricos de explicação da realidade [...] esforço permanente que permite misturar o histórico e o estrutural [...] juntar aquilo que é momentâneo com o que é estrutura, o que é configuração com o processo que o forma. Não se pode fazer isso sem introduzir a dialética.¹⁵ (Cardoso, apud Soares, 1997, p. 45-46)

O segundo depoimento foi fornecido à autora em julho de 1991 por Ruth Cardoso e revela, simultaneamente, a “inovação da temática e o aspecto político da pesquisa sobre o negro” (Soares, 1997, p. 46): “Naquele momento ninguém falava de preconceito no país. É um tema que tem uma implicação política ao qual a ciência podia dar uma contribuição” (Cardoso, apud Soares, 1997, p. 47). Antes, a autora refere-se ao tipo de técnica de coleta de dados empregado por Florestan Fernandes e como isso refletia na própria politização dos negros e da própria pesquisa:

A sociologia passou a ser vivida como uma paixão partilhada não apenas com os seus pares

15. Antes dessa citação, Eliane Veras Soares escrevera: “Para Fernando Henrique Cardoso, o estudo sobre o negro revelou não só a solidariedade de Florestan Fernandes para com ‘os de baixo’ – demonstrada pela existência de um forte conteúdo afetivo e ‘uma certa bronca com a sociedade senhorial’ – como também significou a introdução da problemática das classes sociais nos estudos do autor, até então orientados pela teoria funcionalista” (Soares, 1997, p. 45).

mas também com os excluídos e os marginalizados, em parte, graças à metodologia de trabalho utilizada para a coleta de dados. Representantes das comunidades negras eram reunidos em um anfiteatro para colocar os seus problemas e discuti-los. Como ainda não havia o recurso ao gravador, as anotações eram taquigrafadas. No olhar de Antonio Candido, essa experiência representou um marco na trajetória de Florestan Fernandes, uma vez que propiciou o surgimento de sua faceta de líder. (Soares, 1997, p. 47)

Aproveitando todas as sugestões anteriormente levantadas pelos autores citados, passa-se agora a destacar, a partir da leitura de *A integração do negro na sociedade de classes*, a estreita vinculação entre as posições metodológicas de Florestan Fernandes e a militância política que assume em defesa da autonomia e afirmação do movimento negro. É preciso, entretanto, que se tenha em mente o caráter eminentemente sociológico do livro, que se evidencia ao longo de todos os capítulos dos dois pesados volumes que o compõem. Atente-se para o fato de que não somente os conceitos provêm da sociologia – estamentos, castas, classes, ordem social competitiva etc. –, mas o próprio modo de raciocínio, inserindo todos os elementos da argumentação em estruturas mais gerais, institucionalizadas ou não, do meio social inclusivo, simultaneamente em seus aspectos sincrônicos e diacrônicos, é tipicamente sociológico. Por isso, não se pode confundir a análise desenvolvida por Florestan com uma sorte qualquer de materialismo rasteiro ou grosseiro que reduza o homem à dimensão limitada de um ser produtor ou simplesmente imerso em relações de produção ou de classe.

O aspecto da análise empreendida por Florestan Fernandes que se procurará enfatizar aqui será justamente o diacrônico, vinculado a uma abordagem dialética dos fenômenos e processos sociais. O método dialético, tal como fora concebido em sua versão materialista clássica, por Marx e Engels, revela num único movimento do conhecimento – quando aplicado aos fatos históricos – as condições objetivas destes e as suas potencialidades de transformação por intermédio de seus fatores subjetivos, que são dados pela consciência social dos

homens, dos sujeitos da história. A utilização da abordagem dialética por Florestan na sociologia também apresenta essa mesma conexão de sentido, ou seja, a vinculação orgânica entre a investigação das condições concretas, reais, objetivas, de existência e a visualização e percepção das formas de elaboração dessas condições na consciência dos sujeitos históricos e seu redimensionamento ideológico, utópico e político. Por isso, Florestan preocupa-se não apenas com a situação real de existência do negro e do mulato, que descreve em termos pungentes no capítulo sobre pauperização e anomia social, indo mais além, apontando e caracterizando sociologicamente as tendências de transformação da própria realidade, da sua situação objetiva, por meio do importante papel desempenhado nessa superação pelos movimentos sociais no meio negro, daí porque grande parte do segundo volume de *A integração do negro na sociedade de classes* ter sido dedicada ao estudo das manifestações contra o preconceito racial.

Não seria o lugar aqui para resumir detalhadamente o conteúdo de todo o livro, de todos os seus capítulos, partes etc., mas caberia uma rápida descrição da estrutura da obra.¹⁶ Ela, como já foi dito, constitui-se de dois pesados volumes, não só enormes na quantidade de páginas, mas muito densos na forma da escrita e na utilização de uma rigorosa linguagem sociológica. O primeiro desses volumes dedica-se a estabelecer, como afirma seu próprio subtítulo, qual o “legado da raça branca”, com seus capítulos retratando a situação do negro e do mulato na desagregação da antiga ordem senhorial e escravocrata e na transição para o regime contratual e do trabalho livre, ou seja, para a nova ordem legal-jurídica. Os capítulos que compõem esse primeiro volume abrangem, mais ou menos, os anos que vão do último quartel do século XIX até o ano de 1930 e apresentam-se na seguinte sequência: Capítulo 1 – “O negro na emergência da sociedade de classes”,

16. Para uma visão geral do conteúdo de *A integração do negro na sociedade de classes*, ver Maria Arminda do Nascimento Arruda, *Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes*, publicado na revista *Idéias*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, números 1/2, jan./dez. 1997, p. 43-58.

subdividido em três partes: "Trabalho livre e europeização", "O negro e a revolução burguesa" e "Expansão urbana e desajustamento estrutural do negro"; Capítulo 2 – "Pauperização e anomia social", subdividido também em três partes: "O 'déficit negro'", "Os diferentes níveis da desorganização social" e "Efeitos sociopáticos da desorganização social"; Capítulo 3 – "Heteronomia racial na sociedade de classes", subdividido em duas partes: "O mito da 'democracia racial'" (não se podendo deixar de mencionar aqui a oposição das idéias de Florestan às de Gilberto Freyre) e "Os padrões tradicionalistas de relações raciais".

A tese principal defendida nesse primeiro volume é a permanência de padrões estamentais de conduta, arcaicos e conservadores, nas relações entre negros e brancos, encobertos pelo mito da democracia racial, em plena vigência da sociedade de classes e da ordem social competitiva, mas não como "sobrevivências" do passado e, sim, como elementos que se articulam estrutural, dinâmica e funcionalmente às realidades presentes.

O segundo volume, por sua vez, estrutura-se em torno das potencialidades de transformação da situação do negro, daí ser intitulado em tom esperançoso "No limiar de uma nova era". Seus capítulos focalizam as manifestações dos próprios negros contra as formas de objetivação social do preconceito de cor, como se pode ver com base na leitura de seus próprios títulos: Capítulo 1 – "Os movimentos sociais no 'Meio Negro'", subdividido em duas partes: "Manifestação e objetivos dos movimentos sociais" e "Uma ideologia de desmascaramento racial"; já o Capítulo 2 aponta algumas tendências de reintegração do negro à sociedade de classes a partir da "segunda revolução industrial" e do expurgo da ordem social competitiva no Brasil em direção mais propriamente capitalista, configurando uma situação objetiva que permitiria uma maior ascensão social por parte do negro enquanto categoria social, apesar da permanência do status quo anterior, mas reerguido em novas bases, e das mesmas realidades iníquas do passado. Esse capítulo intitula-se "Impulsões igualitárias de integração social" e está subdividido em três partes: "Cor e estratificação socioeconômica",

"A ascensão social do negro e do mulato" e "Natureza e função das impulsões igualitárias"; o Capítulo 3, intitulado "O problema do negro na sociedade de classes", é composto de duas partes: "A reação societária às tensões raciais" e "O dilema racial brasileiro". É nesse último capítulo, que conclui toda a obra, que Florestan Fernandes vai definir o completo significado desse dilema, como a impossibilidade de as relações de classe suplantarem, absorvendo-as, as desigualdades raciais:

Delineia-se claramente, assim, o dilema racial brasileiro. Visto em termos de uma das comunidades industriais em que o regime de classes sociais se desenvolveu de modo mais intenso e homogêneo no Brasil, ele se caracteriza pela forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Estas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas sobrepõe-se a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvê-las e regulá-las socialmente. Caracterizando-se o dilema racial brasileiro deste ângulo, ele aparece como um fenômeno estrutural de natureza dinâmica. Ele se objetiva nos diferentes níveis das relações raciais. Por isso, seria fácil reconhecê-lo nos lapsos das ações dos indivíduos que acreditam "não ter preconceito de cor"; nas inconsistências das atitudes, normas e padrões de comportamento inter-racial; nos contrastes entre a estereotipação negativa, as normas ideais de comportamento e os comportamentos efetivos nos ajustamentos raciais; nos conflitos entre os padrões ideais da cultura, que fazem parte do sistema axiológico da civilização brasileira; nas contradições entre os tipos ideais de personalidade básica modelados através desta civilização, etc. Mas, ele se originou de uma causa geral e comum: os requisitos estruturais e funcionais da sociedade de classes só se aplicam fragmentária, unilateral e incompletamente às situações de convivência social em que os sócios se apresentam, se consideram e se tratam como brancos e negros. Em outras palavras, as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar, normalmente, as estruturas preexistentes na esfera das relações raciais, fazendo

com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações. (Fernandes, 1978, p. 459-60)

Retornando a alguns dos temas mencionados anteriormente, seria oportuno relembra a relevância política que o estudo sobre os negros teve na radicalização da sociologia de Florestan Fernandes e no seu redimensionamento para posições científicas mais vinculadas à luta pela superação da ordem social existente e pelo socialismo. Isso negaria a tese de Barbara Freitag, que estabelece um corte epistemológico na sociologia de Florestan, após a aposentadoria compulsória deste pelo AI-5 em 1968, entre uma fase acadêmico-reformista e outra fase político-revolucionária. Essa tese foi exposta pela primeira vez na já referida Jornada de Marília e foi publicada na coletânea de ensaios *O saber militante*, tendo sido contestada por Eliane Veras Soares; a tese afirma, em traços gerais, que o Florestan de antes do AI-5, da sua aposentadoria compulsória, pautava seus anseios de transformação social por meio da universidade, produzindo num paradigma positivista de separação entre saber e ação, com a condução das mudanças, das reformas, estando nas mãos dos cientistas e dos especialistas qualificados, enquanto, após a ruptura e a radicalização, a transformação passaria a ser visualizada como se produzindo da sociedade para a universidade, num processo revolucionário das lutas políticas das camadas subalternas que acabariam por revolucionar a própria instituição universitária. Ora, tudo o que foi dito até agora demonstra que houve uma crescente politização e radicalização das posições sociológicas de Florestan Fernandes bem antes da ruptura suposta por Barbara Freitag, no estudo sobre as relações raciais. Deve-se, por isso, pensar não numa ruptura e sim num processo de amadurecimento da sociologia de Florestan Fernandes, sendo suas pesquisas sobre os negros um elemento-chave para tal compreensão e para a relativização da existência das duas fases acima mencionadas.

Uma última palavra sobre o significado político de *A integração do negro na socie-*

dade de classes valeria a pena ser dita, pois esse estudo não exhibe apenas uma relevância acadêmica para o conhecimento da sociedade nacional – ele tem um valor crucial, decisivo e fundamental para a luta pela própria democracia no país. De acordo com as palavras de Florestan;

[...] a análise converte-se em um estudo da formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção do negro e do mulato. Dadas as dificuldades com que estes se depararam, para compartilhar do destino comum no plano nacional, os resultados da investigação são extremamente úteis para se entender os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações raciais mas da própria sorte da democracia no Brasil. (Fernandes, 1978, p. 10)

Mais ainda:

Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, através do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil. (Fernandes, 1978, p. 9)

Dilema racial e democracia radical: a contribuição de Florestan Fernandes

Tanto Bastide como Florestan continuaram publicando tendo como referência o material coletado na Pesquisa Unesco. Em 1964, Florestan Fernandes apresentou para o concurso de cátedra a tese *A integração do negro na sociedade de classe*. Em 1972, publicou *O negro no mundo dos brancos*, no qual compilou artigos escritos entre 1942-43, 1951-1958 e 1965-1969. Na introdução dessa obra, Florestan Fernandes retornou aos fundamentos teóricos utilizados na Pesquisa Unesco. A citação a seguir sintetiza o que foi exposto nos tópicos precedentes:

[...] não tentamos explicar o presente pelo passado, o que seria irreal numa sociedade de classes em formação e em rápida expansão. Porém combinamos análise sincrônica à análise diacrônica, num modelo quase dialético de fusão da perspectiva histórica com a perspectiva estrutural-funcional. Em consequência, o passado e o presente foram reconstruídos conjuntamente e interligados nos pontos de junção, em que a sociedade de classes emergente lançava suas raízes no anterior sistema de castas e estamentos ou nos quais a modernização não possuía bastante força pra expurgar-se de hábitos, padrões de comportamento e funções sociais institucionalizadas, mais ou menos arcaicos. Assim, tornou-se possível compreender como o preconceito e a discriminação raciais, no modo segundo o qual se manifestam no Brasil, se explicam diferentemente, segundo se considere a organização da sociedade senhorial e escravocrata; os efeitos da lentidão com que negros e mulatos foram incorporados ao sistema de classes; ou os complexos de valores, atitudes e orientações de comportamentos vinculados aos estilos de vida dos diversos segmentos sociais ou dos vários grupos étnicos e raciais, mais ou menos determinados por situações de classes, consolidadas ou não. A intenção foi ligar a desintegração do sistema de castas e estamentos à formação e à expansão do sistema de classes para descobrir como variáveis independentes, construídas por fatores psicossociais ou socioculturais baseados na elaboração histórica da "raça" ou da "cor", poderiam ser e foram realmente recalibrados estrutural e dinamicamente. Há, por trás dessa posição interpretativa, uma arrojada atitude científica, que impunha aos autores que o complexo "cadinho de relações raciais" [...] fosse considerado como um fato total, ou seja, sob todos os aspectos que pudessem ser relevantes para a descrição sociológica e uma interpretação causal focalizadas sobre certos problemas fundamentais. (Fernandes, 1972, p. 7-8)

Entre os trabalhos que constituem *O negro no mundo dos brancos*, dois novos elementos são focalizados: (a) a resistência ao reconhecimento das "barreiras de cor" e a conseqüente negligência constituinte do "impasse racial"; (b) a constatação de que a desigualdade racial independe, nas diversas regiões do país, do grau de miscigenação ou de visibilidade do negro e

do mulato. Florestan conclui afirmando que a perpetuação do status quo racial brasileiro estaria assentada em duas atitudes: de um lado, o comportamento do branco (efeitos estáticos) e, de outro, a acomodação racial por parte dos negros (capitulação passiva). Uma terceira questão tratada no livro diz respeito ao branqueamento psicossocial e moral a que o negro se submeteu para participar do mundo do branco: "tiveram que sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do "mundo do branco" (Fernandes, 1972, p. 15).

Em 1976, o tema da desintegração do sistema escravocrata e do surgimento da consciência crítica é retomado em *Circuito fechado*. Finalmente, em 1989, Florestan publica *O significado do protesto negro*. Aqui o deputado federal, o sociólogo, o socialista apresenta com clareza completa a síntese de sua compreensão do dilema racial brasileiro, resultado de uma trajetória de vida que forjou, simultaneamente, o cientista social, o pesquisador infatigável e o militante socialista.

Eleito deputado constituinte em 1986 pelo PT, após a cassação do cargo de professor em 1969 e o longo processo de isolamento e produção intelectual voltada para a compreensão dos processos de resistência à mudança presentes na sociedade brasileira, Florestan Fernandes desempenhou, como constituinte (1987-1988) e como deputado federal (1989-1994), uma atividade política comprometida com a superação dos dilemas que foram objeto de sua análise sociológica, notadamente, o dilema racial e o educacional. Ao realizar a pesquisa em São Paulo sobre as relações raciais, Florestan Fernandes percebeu o caminho que poderia levar ao encontro efetivo de suas duas vocações: a ciência e o socialismo. Em suas análises sociológicas, sempre afirmou que a superação do dilema racial dependeria da mobilização e da luta promovidas pela consciência negra crítica. Ao mesmo tempo, o negro representa o que Florestan denomina o experimento crucial da democracia brasileira. Não haverá democracia enquanto houver desigualdade racial e discriminação dos negros.

Tomamos de empréstimo a idéia sugerida por Gabriel Cohn (1987), em seu texto referente

ao tipo de abordagem metodológica na obra de Florestan Fernandes presente em *A revolução burguesa no Brasil*, que tem por título “O ecletismo bem temperado”, ao ressaltar o significado da militância na sociologia do mestre da USP:

O Florestan militante não é apenas aquele que está tomando explicitamente posição diante dos problemas do dia, mas a sua postura militante, que talvez tenha um componente voluntarista, essa concepção militante está no cerne mesmo da sua obra, no interior das suas construções metodológicas, no interior da sua incorporação das aquisições teóricas e, portanto, está no interior de seus próprios esquemas analíticos. (Cohn, 1987, p. 52-3)

Isso quer dizer, em suma, que a posição militante de Florestan Fernandes é resultado do conhecimento “objetivo” da realidade social, integrando organicamente teoria e prática social. Essa posição vai ser uma constante no estudo da temática racial, pois as propostas concretas de resolução efetiva do problema deveriam emergir da atividade de investigação. É sob esse prisma que se deve compreender o sentido dos projetos de lei encaminhados por Florestan Fernandes para a real solução do problema da desvantagem do negro na competição por melhores posições na estrutura social de distribuição da riqueza, do prestígio e do poder e no seu exercício do papel de cidadão.

Em 1994, no final do segundo e último mandato parlamentar, Florestan Fernandes praticou o ato político de maior significado em sua atuação no Congresso Nacional. Esse ato foi a desobediência partidária, definido por ele como um “objeto de consciência”. Florestan propõe uma emenda constitucional, incluindo, no Título VIII – Da Ordem Social, o Capítulo IX – Dos Negros. O capítulo é constituído por um único artigo, que contém oito parágrafos. Transcrevemos a seguir apenas o caput do artigo:

Art. ... São compreendidos como negros os indivíduos e cidadãos que se considerem como tal e os que, por estigmatização, são tratados “como negros” e “pessoas de cor”.

Com base na definição do caput, cada um dos oito parágrafos trata de aspectos específicos e propõe medidas corretivas a ser adotadas pelo Estado. Assim, são defendidos: (a) o direito dos negros e o dever do Estado em proteger a herança cultural das comunidades negras; (b) a garantia da posse dos territórios e exploração de suas riquezas às referidas comunidades; (c) planos ostensivos para conferir às populações negras meios de corrigir a exclusão do mercado e garantir a cidadania ativa; (d) políticas públicas de apoio às famílias negras que enfrentam dificuldades econômicas e culturais, bem como proteção aos homens, mulheres e menores vítimas de efeitos desintegradores determinados pelo racismo; (e) superação do dilema racial “o negro é excluído porque não estaria preparado como ‘trabalhador livre’, e não se converte em ‘trabalhador livre’ porque lhe são negadas as condições de aprendizagem e de socialização. O Poder Público intervirá crescentemente nessa esfera, para acabar com o paradoxo”; (f) política de manutenção das crianças, jovens e adultos negros na escola com bolsas escolares destinadas à escolarização plena; (g) caracterização legal urgente de “preconceito racial”, de estigmatização e discriminação raciais para que possam ser punidas como crime inafiançável, bem como incremento de uma educação efetivamente democrática do ponto de vista racial; (h) enaltecimento de personalidades negras que colheram êxitos especiais nas artes e nas atividades cívicas, “para alcançar um efeito de educação multiplicativo: a consciência da igualdade dos cidadãos e do êxito do negro quando conta com a liberdade de usar o seu talento”.

À guisa de conclusão

Roger Bastide e Florestan Fernandes foram profundamente afetados pelo estudo das relações raciais. Bastide mudou o seu modo de conceber sociologia, procurando, no desafio da poesia sociológica, uma alternativa às limitações dos quadros de referência transpostos da Europa. Mudou também como pessoa, passando pela transformação do homem ocidental protestante em homem ocidental “africanizado”.

Florestan Fernandes encontrou nesse estudo a possibilidade efetiva de utilização do método dialético para a compreensão da sociedade brasileira, tomando com referência – fato social total – as relações raciais. Além de sua radicalização acadêmica, não podemos compreender a elaboração da obra *A revolução burguesa no Brasil* sem a realização anterior dos estudos sobre relações raciais, ocorrendo também nesse trabalho, como no caso das pesquisas sobre a discriminação racial, o encontro entre sociologia e ação política. Talvez tenha sido este o principal espaço de atuação política do sociólogo paulista, que sempre se bateu por uma “sociologia dos explorados”.

Para Florestan Fernandes, as pressões para a efetiva transformação do estado de discriminação dos negros no Brasil (e efetiva concretização de uma sociedade democrática) dependem de sua capacidade de mobilização política. Diante dos avanços e conquistas dos movimentos negros na sociedade brasileira e da persistência das desigualdades raciais, somos levados a colocar em questão os limites das mudanças propostas. Um amplo debate tem ocupado o espaço acadêmico, político, militante e midiático nos últimos anos. A perspectiva de racialização da sociedade brasileira, apontada criticamente pelos defensores de políticas universalistas e consideradas inevitáveis pelos diferencialistas, parece repetir em novos tons as acusações feitas aos sociólogos uspianos nos anos 1950 e 1960 de inserir o preconceito racial no seio da nossa democracia sociorracial.

Florestan Fernandes sempre advogou uma posição universalista, todavia não a utilizou como um manto que pudesse encobrir desigualdades que, no caso brasileiro, não são apenas decorrentes das classes ou da estratificação social, mas são também complexificadas por esse deplorável sentimento de seres humanos que se julgam superiores ou inferiores a outros baseados em características físicas herdadas e, desse modo, perpetuam formas de dominação, modos de ser, agir e sentir que tornam o Brasil não apenas recordista mundial da desigualdade social, mas também um país de duas nações divididas pelo fosso da desigualdade racial.

Abstract: In this paper we discuss one branch of the interpretations of the racial relations in Brazil that arises in the 1950's from the research of Roger Bastide and Florestan Fernandes under the auspices of Unesco. We point out some similarities and differences between both authors so that we can present a general framework of their theoretical explanation for the racial prejudice and racial discrimination. We do not assume a perfect agreement and/or unity of thought between these two social scientists, but we also do not perceive their analysis as being completely antagonistic. On the contrary, we see them as complementary. Thus, we criticize the reductionist approaches that associates Roger Bastide with the traditional paradigm of the racial relation theories, in particular, the association of his theory with Gilberto Freyre's view. This reductionist approaches also accuses Florestan Fernandes of mixing up the categories of race and class, so that he would explain racial inequality as the result of poverty and not as a result of prejudice and discrimination. Finally, we discuss how the sociological explanation of the 1950's was translated into political propositions to overcome the racial dilemma in Brazil during Florestan Fernandes term as a congressman (1987-1994).

Keywords: Roger Bastide; Florestan Fernandes; Brazilian racial dilemma; political proposition.

Referências

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. *Idéias*, Campinas, 4(1/2), p. 43-58, jan./dez., 1997.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- _____. *Negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana. A recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, vol. XV, n°. 2 jul-dez. 2000, p. 331-360.
- _____. *Entre o esquecimento e a consagração: o estilo Roger Bastide nas ciências sociais*. Brasília, 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da UnB.
- CANDIDO, Antonio. Amizade com Florestan. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.

- CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.
- D'INCAO, Maria Angela (Org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.
- FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1961.
- _____. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.
- _____. A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- _____. A integração do negro na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, 2v.
- _____. Circuito fechado. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. O significado do protesto negro. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- _____. Consciência negra e transformação da realidade. Brasília: Câmara dos Deputados / Centro de Documentação e Informação. [Pronunciamento e emenda constitucional do deputado Florestan Fernandes, abordando as desigualdades raciais e a consciência negra].
- FREITAG, Barbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987.
- FRY, Peter. Gallus africanus est, ou, como Roger Bastide se tornou africano no Brasil. In: SIMSON, Olga Moraes von (Org.). Revisitando a terra de contrastes: a atualidade da obra de Roger Bastide. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Centro de Estudos Rurais e Urbanos, p. 31-45.
- GRIN, Mônica. Esse ainda obscuro objeto de desejo: políticas de ação afirmativa e ajuste normativos: o seminário de Brasília. Novos Estudos, n° 59, mar. 2001, p. 172-192.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças, e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo / Editora 34, 2002..
- JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.
- MAIO, Marcos Chor. A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Iuperj. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado).
- _____. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, v. 5, n. 2 (jul.-out. 1998a), p. 375-413.
- _____. Costa Pinto e a crítica do negro como espetáculo. In: L. A. Costa Pinto. O negro no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998b.
- MOTTA, Roberto. Gilberto Freyre e o estudo das relações raciais: os perigos da ortohistória. Revista Antropológica, Ano III, v. 7, 1998, p. 15- 43.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura (Org.). Roger Bastide. São Paulo: Ática, 1983. [Coleção Grandes Cientistas Sociais].
- SOARES, Eliane Veras. Florestan Fernandes: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Reflexões sobre a utilização da história de vida como método nas ciências sociais. Trabalho apresentado no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e do Nordeste. Aracaju, 2003.